

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A recente reforma do mapa judiciário, que reabriu os 47 tribunais encerrados pelo Governo PSD/CDS, constitui, não obstante as suas limitações no que diz respeito às competências atribuídas àqueles juízos, um marco fundamental da atuação da atual maioria política no sector da Justiça. Como recorrentemente tem afirmado o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, esta reforma configura um avanço significativo no sentido da aproximação da justiça aos/às cidadãos/ãs e, nessa medida, um passo, no plano territorial, na direção da democratização do acesso a este importantíssimo serviço público.

No entanto, o caminho está longe de ter chegado ao fim, ainda faltando muito para que aqueles tribunais possam exercer as suas funções de forma plena, ou seja, que os processos sejam tramitados de forma tão célere quanto possível e que, para tal, não seja necessário exigir um esforço hercúleo aos poucos trabalhadores que desempenham as suas funções nestes tribunais.

Um dos casos que, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, merece ponderação é o dos serviços do Ministério Público em Arouca, localidade que recentemente ganhou a luta para o regresso da jurisdição de Família e Menores, mas que atualmente, apesar de ter um dia afixado para os casos desta área, não tem nenhum funcionário que atenda de forma regular o público ou os representantes da CPCJ.

A falta de pessoal nestes serviços é, assim, evidente: existe apenas uma Sra. Oficial de Justiça a trabalhar naqueles serviços. Em virtude do período de férias desta funcionária, os referidos serviços ficarão sem nenhum(a) Oficial de Justiça até Fevereiro de 2018, sendo que a solução passa por solicitar a um Oficial de Justiça de uma localidade vizinha que assegure serviços mínimos duas vezes por semana em Arouca.

Ademais, existem ainda problemas de índole estrutural nos edifícios onde os Tribunais estão sediados, encontrando-se alguns destes edifícios em estado de degradação parcial.

Alguns dos problemas do Palácio da Justiça de Arouca prendem-se com a Biblioteca e duas salas – uma onde trabalhava o Sr. Juiz e outra onde trabalhava o Sr. Procurador. O estado de degradação destas zonas do edifício levou a que quer o primeiro, quer o segundo, tenham abandonado as suas salas de trabalho, optando por uma outra ala do Tribunal.

Com a reposição do funcionamento deste Tribunal, urge que a Tutela tome as medidas necessárias para que o mesmo possa funcionar de forma normal, digna.

Com a pergunta que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda agora dirige ao Governo pretende-se, pois, saber se a Tutela reconhece os problemas e dificuldades logísticos e materiais do Palácio da Justiça de Arouca, por um lado, e se tem disponibilidade para desenvolver as diligências que se afigurem necessárias para a conclusão das obras, por outro.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento das dificuldades de funcionamento que o Tribunal de Arouca sofre, motivadas pelo facto de apenas ter uma Sra. Oficial de Justiça, e que esta, durante o seu período de férias, será substituída por um Oficial de Justiça que se deslocará ao Tribunal de Arouca apenas duas vezes por semana?
2. Tem o Governo conhecimento de que pelo menos a Biblioteca e duas salas do referido Tribunal se encontram degradadas?
3. Quando ira o Governo promover um reforço dos/das Oficiais de Justiça neste Tribunal?
4. Quando irá o Governo levar a cabo as obras necessárias no referido Tribunal?

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)